

Enquadramento em IRS das vendas de acções

Sabia que, às acções detidas durante mais de 12 meses apenas se aplicará a exclusão tributária se forem vendidas a partir do mês seguinte ao mês homólogo do ano seguinte ao da aquisição? Uma interpretação «descabida» da lei...

Por **José Alberto Pinheiro Pinto***

Em princípio, a alienação de acções está sujeita a IRS, de harmonia com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 10.º do respectivo Código. Existe, todavia, na alínea a) do n.º 2 do mesmo artigo, uma norma de exclusão tributária relativa às acções detidas pelo seu titular durante mais de 12 meses. Não obstante a não incidência de IRS nestes casos, estão os sujeitos passivos obrigados a declarar as respectivas transacções, recorrendo para o efeito ao Anexo G1 da declaração modelo 3, destinado precisamente a mais-valias não tributadas. Estranhamente, no quadro 4 desse anexo apenas existem locais próprios para a indicação dos meses de aquisição e de alienação, e não para os dias. Tanto quanto apurámos, essa omissão resultará de uma interpretação que nos parece perfeitamente desajustada do texto da citada alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º do Código do IRS, no sentido de que a ex-

clusão nela prevista, por respeitar a acções detidas pelo seu titular durante mais de 12 meses, apenas se aplicará se as acções forem vendidas a partir do mês seguinte ao mês homólogo do ano seguinte ao da aquisição.

Exemplificando:

Data de aquisição	Data de alienação	Enquadramento	Anexo da decl. modelo 3
01.10.2008	20.10.2008	Sujeição a IRS	G
30.10.2008	02.11.2008	Não sujeição a IRS	G1

Face a uma interpretação destas, há que ter cuidado, sugerindo-se aos leitores que, por uma questão de precaução, e no caso de pretenderem beneficiar da não sujeição a IRS, apenas vendam as suas ac-

ções a partir do mês seguinte àquele em que a titularidade cumprir um ano.

De qualquer modo, trata-se de interpretação absolutamente descabida e mesmo, quanto a nós, ilegal, face ao disposto no artigo 279.º do Código Civil, em cuja alínea c) se diz textualmente:

«O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data; mas, se no último mês não existir dia correspondente, o prazo finda no último dia desse mês.»

O n.º 12 do artigo 10.º do Código do IRS

Entretanto, através da Lei n.º 39-A/2005, de 29 de Julho, foi acrescentado o n.º 12 ao artigo 10.º do Código do IRS, com a seguinte redacção: «A exclusão estabelecida no n.º 2 não abrange as mais-valias provenientes de acções de sociedades cujo activo seja constituído, directa ou indirectamente, em mais de 50 por cento, por bens imóveis ou direitos reais sobre bens imóveis situados em território português.»

Estamos perante uma norma correntemente designada como norma antiabuso e que, quanto a nós, constitui mais um exemplo acabado do exagero a que se chegou com a proliferação deste tipo de normas, criando um sistema fiscal mais complexo e, ao invés do pretendido, criando situações de muito mais injustiça.⁽¹⁾

A verdade é que esta disposição tem suscitado fortes dúvidas, infelizmente nunca esclarecidas.

Desde logo, a sua aplicação implica o cálculo do peso relativo de bens imóveis ou direitos reais sobre bens imóveis situados em território português no total do activo, no sentido de verificar se excede ou não os 50 por cento.

Sendo assim, coloca-se a questão – decisiva, como é óbvio – de saber onde é que esses valores devem ser encontrados.

Quando se fala em activo, parece que se está a falar em balanço. Só que não existe, por regra, balanço à data de uma transacção de acções que ocorra no decurso de um dado exercício. Estará a pensar-se no último balanço disponível ou no último balanço aprovado?

Se for este o entendimento, pode acontecer que a percentagem de 50 por cento não seja atingida no balanço, mas a empresa ser titular de imóveis em percentagem muito superior a essa na data da transacção (configurando um balanço nessa data), ou o

contrário, isto é, os 50 por cento serem atingidos nesse balanço, mas a empresa ter na data da venda das acções uma percentagem muito inferior de imóveis ou mesmo não ter imóveis nenhuns.

Afigura-se-nos que a solução mais razoável passaria pela elaboração de um balanço especial reportado à data da venda das acções. Duvidamos, no entanto, que essa solução seja exequível num grande número de situações. Mas, se o for, pensamos que a informação proveniente de um tal balanço não pode deixar de ser aproveitada, prevalecendo sobre a que possa ser captada no último balanço disponível.

A não ser possível dispor-se de um balanço especial reportado à data da venda das acções, cremos que não haverá outro remédio que o recurso ao balanço do exercício anterior ou ao último balanço aprovado, ainda que não representativo da realidade na data da transacção.

Será, então, altamente possível a ocorrência de injustiças, tributando-se mais-valias apuradas na alienação de acções de sociedades não titulares de qualquer imóvel e não se tributando outras mais-valias apuradas na alienação de acções de sociedades cujo activo é maioritariamente constituído por bens imóveis ou por direitos reais sobre bens imóveis situados em território português.

Claro que é a própria norma antiabuso em questão que constitui em si mesma uma fonte de injustiças. Na verdade, qual a razão pela qual uma mais-valia na venda de acções de empresas que tenham imóveis deve ser tributada em IRS e não o deve ser uma mais-valia exactamente igual, obtida com a alienação de acções de sociedades que em vez de imóveis tenham outros tipos de activos? Em nosso entender, não há razão nenhuma que possa justificar uma tal diferença de tratamento.

Quando muito, poderá dizer-se que, no caso de sociedades com imóveis, não há lugar à liquidação de IMT. No entanto, não só o IMT nunca seria da responsabilidade do vendedor das acções, mas do comprador, como a razoabilidade da liquidação daquele imposto só teria algum sentido quando estivesse em causa a aquisição de uma percentagem significativa do capital social. Ora, não existe qualquer limite nesse domínio, aplicando-se o n.º 12 do artigo 10.º do Código do IRS, qualquer que seja o número de acções que seja transaccionado.

Confirma-se, assim, a ausência de sentido de uma disposição deste tipo, não contribuindo para que o

sistema fiscal seja mais justo e tornando-o, além do mais, muitíssimo mais complexo.

A titularidade indirecta de imóveis

Uma outra complexidade resultante desta disposição diz respeito à titularidade «indirecta» de imóveis por parte da sociedade cujas acções são alienadas. Na verdade, o n.º 12 do artigo 10.º do Código do IRS fala em sociedades cujo activo seja constituído, directa ou indirectamente, em mais de 50 por cento, por bens imóveis ou direitos reais sobre bens imóveis situados em território português.

Ora, a lei não diz o que se deve entender por titularidade indirecta de bens imóveis, nem como se processa a respectiva valorimetria ou mensuração. Importa, por isso, reflectir sobre o assunto, no sentido de se atingir um entendimento que viabilize os cálculos indispensáveis.

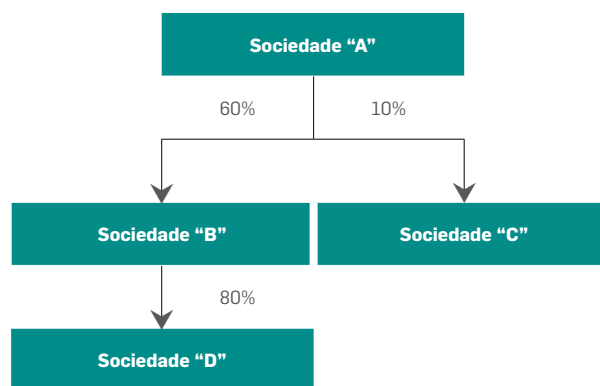
Pensamos que a titularidade indirecta de imóveis ocorre quando a empresa participa no capital de outra empresa que é, por sua vez, titular de bens imóveis (o que, no fundo, também pode acontecer de forma directa ou indirecta).

Quanto ao modo de atribuir valores a esses imóveis, somos de opinião de que, quer na titularidade directa quer na titularidade indirecta, se deve recorrer a valores contabilísticos e não a valores “reais”, de mercado ou patrimoniais tributários.

Na verdade, face ao texto da lei, o cálculo da titularidade directa de bens imóveis não pode deixar de ser feito tendo em conta apenas valores meramente contabilísticos. Efectivamente, quando a lei fala em «activo constituído ... em mais de 50 por cento por bens imóveis (...)» não pode deixar de se referir a valores contabilísticos, dado que é contabilístico o conceito de activo a que alude. Ora, se assim é para a titularidade directa, não seria legítimo enveredar por outros tipos de valores para se quantificar a titularidade indirecta.

No sentido de melhor ilustrar a interpretação que fazemos desta disposição, vamos recorrer a um exemplo numérico.

Suponhamos que se pretende saber se são ou não tributáveis em IRS mais-valias eventualmente apuradas através da alienação onerosa das acções da sociedade “A”, que tem participações no capital das sociedades “B” e “C” (sendo que a sociedade “B” ainda participa, por sua vez, no capital da sociedade “D”), constituindo um grupo esquematicamente representável como segue:



Vamos supor que se dispõe dos balanços das quatro sociedades do grupo (de preferência, como referimos, reportados à data de alienação das acções) e que os respectivos activos se configuram como segue, tendo-se procedido à agregação de vários dos seus elementos, tendo em vista o objecto prosseguido:

Sociedade "A"		Sociedade "B"	
Imóveis	100	Imóveis	200
Investimentos financeiros		Investimentos financeiros	
Sociedade "B"	1 300	Sociedade "D"	700
Sociedade "C"	400	Outros activos	100
Outros activos	200	Total	1 000
Total	2 000		

Sociedade "C"		Sociedade "D"	
Imóveis	100	Imóveis	300
Outros activos	100	Outros activos	200
Total	200	Total	1 000

Pretende-se, face a estes dados, saber qual é a percentagem que os imóveis representam no activo da sociedade “A”, quer os detidos directamente quer os detidos indirectamente.

Directamente, podemos dizer que os imóveis detidos pela sociedade “A” têm um valor de 100 (valor contabilístico, claro). Entretanto, face à estrutura de participações do grupo liderado pela sociedade “A”, esta terá ainda indirectamente imóveis que fazem parte dos balanços das demais sociedades.

Tendo em conta que a participação da sociedade “A” no capital da sociedade “B” vale no activo daquela 1 300 e, atendendo à composição do activo desta, poderemos fazer a seguinte repartição proporcional:

Activos da sociedade "B"	Valores		Repartição proporcional da participação da sociedade "A"
	Absolutos	Percentuais	
Imóveis	200	20	260
Investimentos financeiros			
Sociedade "D"	700	70	910
Outros activos	100	10	130
Totais	1 000	100	1300

Por conseguinte, face aos valores do quadro antecedente, apura-se que a sociedade "A" é indirectamente titular de imóveis pertencentes à sociedade "B", no montante de 260.

Por outro lado, é ainda indirectamente titular de uma participação no capital social da sociedade "D" avaliada em 910. Ora, esta sociedade também tem imóveis, pelo que se impõe um cálculo semelhante ao efectuado em relação à participação da sociedade "A" no capital da sociedade "B".

Teremos, então, segundo a mesma técnica:

Activos da sociedade "D"	Valores		Repartição proporcional da participação da sociedade "A"
	Absolutos	Percentuais	
Imóveis	300	60	546
Outros activos	200	40	364
Totais	500	100	910

Quer isto dizer que a quantia que no activo da sociedade "A" representa a titularidade indirecta de imóveis propriedade da sociedade "D" é de 546.

Quanto aos imóveis da sociedade "C" indirectamente detidos pela sociedade "A", o cálculo será semelhante:

Activos da sociedade "C"	Valores		Repartição proporcional da participação da sociedade "A"
	Absolutos	Percentuais	
Imóveis	100	50	200
Outros activos	100	50	200
Totais	200	100	400

Dispomos, agora, de todos os valores que permitirão, quanto a nós, apurar a percentagem do activo da sociedade "A" que corresponderá aos imóveis por ela detidos, directa e indirectamente, comparativamente com o total dos seus activos.

Teremos, então:

IMÓVEIS		
Directamente detidos		100
Indirectamente detidos	Da sociedade "B"	260
	Da sociedade "C"	260
	Da sociedade "D"	546
SUBTOTAL		1106
OUTROS ACTIVOS		
Directamente detidos		200
Indirectamente detidos	Da sociedade "B"	130
	Da sociedade "C"	200
	Da sociedade "D"	364
SUBTOTAL		894
TOTAL		2 000

Face aos valores antecedentes, conclui-se que os imóveis directa e indirectamente detidos pela sociedade "A" correspondem a 55,3 por cento do seu activo, pelo que, a estar correcto o ponto de vista que expressámos sobre o assunto, as mais-valias eventualmente apuradas através da alienação onerosa de acções dessa sociedade ficarão sujeitas a IRS, ainda que detidas pelos seus titulares durante mais de 12 meses. É esta a interpretação, salvo melhor, que fazemos da disposição do n.º 12 do artigo 10.º do Código do IRS.⌘

(ARTIGO RECEBIDO EM MARÇO DE 2010)

*Economista

Professor auxiliar convidado da Faculdade de Economia do Porto e da Universidade Católica Portuguesa

Notas

(1) A este tipo de normas dedicámos um trabalho anterior, intitulado, precisamente «O abuso das normas antiabuso», publicado na Revista «TOC», n.º 107, de Fevereiro de 2009.